DOSSIÊ: TERRITÓRIOS EMERGENTES E AÇÃO PÚBLICA LOCAL

NOVOS ARRANJOS TERRITORIAIS E A AÇÃO PÚBLICA EM TERRITÓRIOS FRANCESES E NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior
Maria José da Silva Aquino Teisserenc

O presente dossiê apresenta uma série de artigos que tomam como objeto as dinâmicas de reconfiguração territorial na Amazônia brasileira e em territórios franceses (na Europa e nas Antilhas). Resultam estas contribuições de estudos sobre processos sociopolíticos com efeito local em interação permanente com dimensões extra locais – regionais, nacionais e internacionais. Assim, referem-se à ação pública local apresentada como formas de atendimento às exigências do chamado desenvolvimento sustentável, percebidas como reativas a um contexto global de denúncias da degradação ambiental. E, portanto, as referidas ações são projetadas em processos de ambientalização de conflitos sociais (LEITE LOPES, 2004) que tanto se traduzem em discursos quanto em práticas que priorizam a dimensão ambiental, procurando, então, verificar no que concernem tais práticas, uma vez que numerosos atores afirmam que boa parte delas não ultrapassam o âmbito discursivo (AQUINO e SANT'ANA JÚNIOR, 2009; LEFF, 2001, 2006; ZHOURI, LASCHEFSKI e PEREIRA, 2005).

No caso da Amazônia brasileira são analisadas importantes transformações institucionais que se articulam a políticas de proteção da biodiversidade executadas pelo governo federal de modo que, especialmente desde a década de 1990, neste espaço, permitiram a formação, por exemplo, de um imenso mosaico de Unidades de Conservação. Na Amazônia Legal, que ocupa 59% do território brasileiro, de acordo com Benatti e Fischer (2008), a partir de levantamentos realizados e publicados pelo Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), hoje se verifica que 36%

das terras encontram-se sob algum regime legal de proteção. No estado do Pará, por exemplo, verifica-se que 70% do seu território estão reconfigurados em termos de Áreas Protegidas, destacando-se nesse universo as Unidades de Conservação de Uso Sustentável[1], dentre essas as Reservas Extrativistas (RESEX), historicamente identificadas com a mobilização e reivindicações de base local (TEISSERENC, 2009; TEISSERENC; ROCHA; MAGALHÃES, 2008).

Os estudos aqui apresentados buscam ampliar a capacidade de acompanhamento, análise e reflexão, partindo da compreensão de que estes territórios não apresentam um caráter inovador apenas do ponto de vista de estabelecimento de novos perímetros. Entende-se aqui que os territórios emergentes da ação pública ainda que sejam decretados a nível central do governo, são também escolhidos em função do estado do movimento social, de uma capacidade local de organização, pela existência de comunidades organizadas, de associações diversas. São, portanto, inovações que enfrentam grandes dificuldades para serem aceitas pelos agentes sociais e governamentais comprometidos com formas dominantes de gestão local, como órgãos federais e estaduais de ação local ou prefeituras municipais. Colocam-se, então, os riscos de conflitos e os desafios de legitimação. Portanto, apresentam também um caráter inovador no sentido de que representam definições diferentes em relação à ação pública, coconstruída, a partir de um território, em resposta a desafios gerados pela globalização e pelos requisitos do desenvolvimento sustentável (TEISSERENC, 1994, 2007).

Tais referências são acionadas na justificação (BOLTANSKI; THEVENOT, 1991) e legitimação da pertinência das ações envolvidas na criação e gestão de novos territórios, bem como, na justificação e legitimação da construção e uso de novas instituições, instrumentos e ferramentas para realizar a gestão dos mesmos. Tais como os Conselhos Deliberativos das RESEX, Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Florestas Nacionais (FLONA), as Associações Comunitárias em territórios quilombolas e indígenas, envolvidas nas lutas por direito e justiça, a criação de instituições como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), autarquia criada, a partir de uma divisão resultante de ingerência do Governo Federal no interior do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), até 2007, incumbido da gestão de Unidades de Conservação. É nesses territórios de ação local que ressaltamos algumas questões a exigir conhecimento e reflexão, como o acordo; as novas instituições, sua organização e gestão; e a legitimidade.

As reivindicações de implantação e manutenção de terras indígenas, territórios quilombolas, unidades de conservação e outras áreas protegidas nos estados do Pará

1. No Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, instituído pela Lei 9.985/2000, prevê dois tipos de unidades de conservação: 1) de proteção integral e 2) de uso sustentável. As Unidades de Uso Sustentável têm como objetivo "compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais" e são composta por sete categorias: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; **Floresta Nacional**; **Reserva Extrativista**; Reserva de Fauna; **Reserva de Desenvolvimento Sustentável** e Reserva Particular do Patrimônio Natural. As Unidades de Proteção Integral têm por objetivo básico "preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais" e são compostas pelas seguintes categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre (BRASIL, 2000. Grifos nossos)

e Maranhão caracterizam, em boa medida, uma perspectiva sobre a Amazônia colocada como em oposição à perspectiva desenvolvimentista sobre essa parte do Brasil, onde incidiu as políticas de Estado a partir dos anos de 1960 com o objetivo de integrá-la à economia nacional. Integração essa, via grandes projetos de exploração agropecuária, mineral e madeireira, construção de rodovias, de ferrovia e de infraestrutura de produção de energia hidrelétrica (FERRETTI, ESTERCI e RAMALHO, 2009). Entre os estados da Amazônia reconhecidos como mais atingidos pelas chamadas "ofensivas modernizadoras" (BRITO, 2001; SANT'ANA JÚNIOR, 2004), encontram-se o Pará e Maranhão em cujos territórios a pecuária extensiva, a estrutura fundiária concentrada, a ocupação ilegal das terras públicas, a monocultura e a economia mineradora para exportação, de fato, transformaram e transformam as paisagens, promovendo deslocamento de populações, interferindo em manifestações culturais e organizações religiosas, mudando significativamente as condições de reprodução da vida de grupos sociais locais e de povos indígenas. Tais dinâmicas vêm sendo acompanhadas pelo esforço de pesquisa sociológica e antropológica que remonta ao período dos governos ditatoriais de 1964 a1985, e documentadas em trabalhos como os de Hall (1989), Hébette (1991), Léna (1992) para lembrar algumas referências do debate sobre o significado do desenvolvimento na Amazônia brasileira nas três últimas décadas do século XX, período no qual, na Amazônia oriental, se destacou o Programa Grande Carajás[2] com seus vultosos investimentos em infraestrutura e unidade de produção (Mina, Estrada de Ferro Carajás, Porto da Ponta da Madeira). Um debate no qual se reconhece notadamente o agravamento das questões sociais e ambientais advindas da inversão de grande volume de capital em atividades como a mineração para exportação, em correspondências a ideias e estratégias sobre a Amazônia como "fronteira" econômica, oportunidade de reprodução do "grande capital", espaço a ser integrado, como uma questão sobretudo, assim justificada pelos planejadores do desenvolvimento para a Amazônia, de "segurança nacional" (SANTOS, 2009).

Tanto quanto o Projeto Ferro Carajás, objeto de grande controvérsia, outra situação a afetar um território estratégico da Amazônia é o projeto de construção da barragem de Belo Monte, no vale do rio Xingu (MAGALHÃES, 2007; MOREIRA, 2008). Suas consequências são enormes em todos os planos: econômico, social, ambiental e político. A realização deste projeto, que remonta ao início dos anos de 1980, foi suspensa durante cerca de 30 anos e retomada recentemente. Implica em transformações que afetam um grande número de comunidades, constrangidas a se adaptar às exigências de um projeto que se justifica em nome de um interesse geral susceptível de responder aos desafios de uma política energética e que põe em causa - de maneira ambígua - o bem-estar das comunidades locais e certos imperativos do desenvolvimento sustentável.

2. O Programa Grande Carajás (PGC) foi criado em 1980, através do Decreto-Lei nº 1813/1980, com o objetivo de se constituir em um programa regional de desenvolvimento, beneficiando empresas que viessem a se instalar nos estados do Pará, Maranhão e Tocantins (à época, norte de Goiás), tendo como limites o paralelo 8º e os rios Parnaíba, Xingu e Amazonas (CARNEIRO, 1989). O PGC, enquanto instância administrativa, foi extinto oficialmente no ano de 1991 (SOUSA, 2009).

Em fins dos anos de 1980, a capacidade de investimentos do Estado brasileiro experimentou um declínio importante. Nesse contexto emergem situações emblemáticas que serão abordadas no Brasil como questões socioambientais: 3.500 representantes de vários povos indígenas reuniram-se na cidade de Altamira, no Pará, para protestar contra a construção, no rio Xingu, do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, conseguindo adiar a execução da obra; o Banco Mundial adiou o repasse de meio bilhão de dólares para o setor de infraestrutura no Brasil e o líder seringueiro Chico Mendes foi assassinado, em dezembro de 1988; foram criadas as quatro primeiras RESEX e, poucos anos mais tarde, as primeiras RDS. Fortalecia-se assim certo contexto de ampliação de demandas ambientais e de conquistas operadas a partir de forte intervenção de setores sociais que, até então, tinham reduzidas possibilidades de intervenção nos processos decisórios locais, regionais ou nacionais. Essas demandas e conquistas são articuladas ao contexto internacional preparatório à realização da Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro (CNUMAD), também conhecida como ECO-92, na qual projetou-se a Amazônia para o centro do debate ambiental como uma das últimas fronteiras (novamente a fronteira) a ser protegida e desenvolvida, desta vez na direção da sustentabilidade. Considerava-se a finitude dos recursos naturais, mudanças climáticas e ampla gama de argumentos presentes já no documento publicado em 1987 pela Organização das Nações Unidas, "Nosso Futuro Comum", que ficou conhecido como o Relatório Brundtland (CMMAD, 1991).

Todas essas iniciativas, no entanto, não eliminam constrangimentos econômicos e sociais fortes a grupos sociais e povos que testemunham, à sua maneira, que operações realizadas em nome do desenvolvimento sustentável podem ser portadoras de contradições e obrigam certas categorias de populações a assumir os seus efeitos, cujos custos sociais e econômicos são às vezes elevados. Estas contradições inscritas no meio de certas operações de desenvolvimento sustentável constituem, também, objeto de investigação.

A problemática, de fato, tem gerado inquietações e iniciativas de pesquisa cada vez mais numerosas, quando os modelos de desenvolvimento de orientação socioambiental passaram a disputar espaços com os modelos desenvolvimentistas que haviam dominado inteiramente as décadas anteriores (LÉNA, 2002). As novas orientações manifestaram-se através das mudanças na legislação, como a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – o SNUC, em 2000, por exemplo, e também na criação linhas de crédito e instrumentos de gestão de FLONA, RESEX e RDS, assentamentos agroextrativistas, Projetos de Desenvolvimento Sustentável etc. Iniciativas que formam um conjunto de experiências maduras através das quais se podem examinar e avaliar criticamente o funcionamento das parcerias, as dinâmicas das disputas, os instrumentos de mediação e resolução de conflitos.

A aproximação de pesquisas realizadas na Amazônia oriental brasileira com aquelas feitas em territórios franceses (na Europa ou nas Antilhas) (AROCENA, 1986, BACQUÉ; SINTOMER, 1999; BLONDIAUX; LEVEQUE, 1999, TEISSERENC, 2006) permitem o aprofundamento teórico sobre temas como ação pública, novas territorialidades, desenvolvimento sustentável, movimentos sociais, ampliando uma rede de pesquisa que vem se consolidando desde o início dos anos 2000.

Necessário dizer também que na composição do presente dossiê articulam-se estudos no âmbito do projeto "Territórios emergentes da ação pública local e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira", que reúne pesquisadores de três Programas em Pós-graduação: em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Pará (PPGCS-UFPA), em Sociologia e Antropologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA-UFRJ), e em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Maranhão (PPGCSoc-UFMA). O projeto está em andamento desde 2010, com previsão de conclusão no final de 2013. É financiado pelo Programa de Cooperação Acadêmica – Novas Fronteiras (PROCAD-NF) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A parceria acadêmica produziu um conjunto de pesquisas sobre organizações e projetos socioambientais na Amazônia brasileira, nas quais foram focalizados: 1. organizações não-governamentais, agentes sociais diversos e suas trajetórias, seu envolvimento na idealização, elaboração de modelos, implementação e gestão de Unidades de Conservação (AQUINO, 2003; SANT'ANA JÚNIOR, 2004); 2. empresas de exploração madeireira e iniciativas de certificação florestal em ações na Amazônia brasileira (CARNEIRO, 2004, 2009); 3. ambientalistas e pesquisadores e suas trajetórias (ESTERCI, 2003); 4. grupos sociais locais, reações, manifestações de conflito e formas de intervenção nos projetos em questão (FERRETTI; RAMALHO, 2009).

A preocupação com os conflitos nas áreas de implementação dos projetos socioambientais, se expressou fortemente pesquisas em andamento; com debates sobre os processos de reordenação territorial a partir das agências governamentais; dinâmicas dos movimentos sociais, associações, ONGs e equipes locais de Igrejas e ambientalistas atuantes nas diversas áreas pesquisadas.

A partir de então, os resultados e as experiências adquiridas no projeto PROCAD-NF aqui referido potencializa a cooperação acadêmica entre os três programas de pós-graduação envolvidos. O conjunto de profissionais das três universidades opera na forma uma rede de pesquisadores preocupados com temas comuns, que visam constituir uma referência de perspectiva acadêmica na abordagem crítica dos territórios emergentes, da ação coletiva e do desenvolvimento sustentável, capacitada ao debate, ao diálogo com outros centros de estudos dentro e fora da Amazônia. A cooperação entre as instituições envolvidas visa a produção de conhecimento científico sobre dinâmicas socioambientais e políticas nas quais as Unidades de Conservação, terras de quilombo, territórios indígenas e outras territorialidades (OLIVEIRA, 1999) se apresentam como exemplares. É o que referimos como territórios emergentes.

Um conjunto de sete artigos compõem o dossiê aqui apresentado.

A tradução da Introdução do livro "Gouverner par les instruments" de Pierre Lascoumes e Patrick le Galès (2007), intitulada "A ação pública abordada pelos seus instrumentos", foi feita por Maria José da Silva Aquino Teisserenc. O texto abre o dossiê, pois, nele são tratados os instrumentos utilizados na produção da ação pública, tema que perpassa o conjunto de artigos apresentados. Os autores constroem uma perspectiva de análise sobre "governabilidade" e sobre o exercício do poder em relação aos instrumentos que revelam singularidades históricas na estruturação de relações entre governantes e governados. Os instrumentos da ação pública não

são neutros, sendo caracterizados por inércia, produção de representação específica e problematização particular de desafios, que não dizem respeito apenas à busca de acordos entre governantes e governados sobre meios e objetivos, mas, por outro lado, apresentam riscos à ação pública.

"Política florestal e empresas do setor madeireiro: o que há de novo em suas estratégias?" é o artigo de Edna Maria Ramos de Castro, Sabrina Mesquita do Nascimento e Simy de Almeida Corrêa. O artigo discute as políticas nacionais para o uso das florestas amazônicas, com destaque para o instrumento de concessão florestal instituído pela Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei nº 11.284/06) e suas limitações. Partindo da análise da situação do primeiro Distrito Florestal Sustentável da Amazônia, procura apresentar um balanço do modelo de gestão de florestas públicas e da política florestal no Brasil de forma macro. Destaca conflitos, contradições, capacidade e limites dos instrumentos considerando a (re)organização dos atores e os recursos ambientais em disputa. Segundo as autoras, as concessões florestais apresentam problemas que vão desde a conceituação do instrumento até as implicações reais da concessão sobre os usos da floresta por grupos sociais tradicionais.

Maria Antonieta da Costa Vieira é a autora de "Território em movimento – comunidades camponesas da Amazônia oriental (Missão de Maria da Praia e Romaria do Padre Cícero)". O artigo discute o território a partir da perspectiva de comunidades camponesas do sul do Pará que, na década de 1960, se organizaram como movimentos sociorreligiosos à procura das Bandeiras Verdes, seguindo uma profecia atribuída ao Padre Cícero do Juazeiro. De acordo com a profecia, um território sagrado, situado na mata, seria uma terra de abundância para se viver em paz que deveria ser alcançada após um percurso penitencial. A Missão de Maria da Praia e a Romaria do Padre Cícero foram constituídas por grupos tradicionais que, por mais de 20 anos, se deslocaram na Amazônia oriental à procura desse lugar. Formaram, assim, um movimento social que, partindo de referenciais culturais/religiosos, levou à construção de uma identidade específica.

O artigo "Coproduction de l'action locale: la legitimité de la decision publique en question", de Alexandre BRARD, analisa a recomposição territorial como parte da definição de uma ação pública local, considerando seu conteúdo, seus objetivos e sua institucionalização. É uma contribuição aos estudos sobre a ação pública coletiva e organizada, na qual a análise da coprodução da ação local se dá através de unidades sociais portadoras de legitimidade política. Toma como exemplo o Programa de iniciativa Leader, implementado em um território chamado Côte sous le vent (Guadeloupe) e em particular o projeto "les jeudis du Clube Med 2" da prefeitura de Deshaies, cujas configurações são construídas com base nas noções de identidade, de habitações coloniais, de resistência ao escravismo.

Elizabeth Maria Beserra Coelho e Bruno Leonardo Barro Ferreira, através do artigo "Dimensões do cotidiano *awá* no contexto de sedentarização", fazem análise das mudanças na dinâmica do cotidiano do povo Awá em um contexto de sedentarização, que os obriga a redefinir sua economia, as relações sociais e as relações com a natureza. Os Awá são, tradicionalmente, nômades, falam uma língua do tronco Tupi, família Guarani, e habitam terras indígenas localizadas no Estado do Maranhão-Brasil. O estudo aqui apresentado foi realizado a partir de observações feitas entre 2005 a

2009, em uma aldeia próxima ao Posto Indígena Juriti, que reúne aqueles com menos tempo de contato com o "mundo de fora".

De Tânia Guimarães Ribeiro, "A participação no desenvolvimento: o discurso das políticas públicas para a Amazônia" tem como propósito analisar o discurso que embasa a elaboração das políticas públicas para a Amazônia, desde os anos 1990. Os planos e documentos que servem de diretrizes para essas políticas foram objeto de observação, demonstrando que o conceito de desenvolvimento participativo vem se constituindo em proposta de nova prática social entre os agentes estatais e os movimentos sociais. Essa interação está baseada em diferenças de grandeza entre os envolvidos e na existência de relações de conflito. Os discursos e os processos de participação resultam de mudanças globais que influenciam na redefinição do papel do Estado e na ampliação do espaço público. As fronteiras que delimitavam as ações dos movimentos sociais e dos atores do Estado foram ultrapassadas, refletindo na concepção de políticas públicas, pois esse quadro torna mais porosa a interface entre o Estado e a sociedade civil. O ideal do desenvolvimento participativo não se traduz em práticas democráticas amplas, mas sugere reflexões sobre como envolver os atores concernidos nas instâncias de governança do Estado.

"Os impactos sociopolíticos do Projeto Jari e de seu subprojeto São Raimundo nas vilas de Almeirim-Pará", de Denise Machado Cardoso, objetiva analisar os impactos sociopolíticos e territoriais do Projeto Jari no município paraense de Almeirim, Baixo Amazonas. O estudo procurou investigar, especificamente, como o subprojeto de Rizicultura intitulado São Raimundo, apesar de desativado, ainda se faz presente nas vilas existentes às margens do rio Arraiolos. O estudo privilegia os processos econômicos, políticos e aqueles relacionados à territorialidade e desterritorialidade das vilas do rio Arraiolos ao longo de sua história, pois considera que o ponto de vista das populações caboclas que vivem junto ao rio é fundamental para a compreensão de suas realidades atuais. Às margens do rio Arraiolos, foi implementada uma das maiores plantações de arroz do mundo, com altos índices de rendimento e qualidade. Observam-se impactos sociopolíticos nas atuais configurações territoriais, nas Associações de Moradores (AM) e nas ações dos grupos sociais com características caboclas ali residentes.

Ao leitor da Revista Pós Ciências Sociais, renovamos o convite para a leitura do conjunto de artigos que compõem o dossiê, enfatizando que o mesmo foi concebido como uma oportunidade singular de apresentar uma contribuição ao debate acadêmico sobre a relação entre ação local e constituição novas territorialidades e de dar visibilidade à competência em pesquisa que marca centros de Pós-graduação na Amazônia brasileira, articulados a redes e movimentos dentro e fora do Brasil.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Maria José da Silva. **"A Casa dos Nossos Gens"**: um estudo sobre ONGs ambientalistas na Amazônia. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGSA/IFCS/UFRJ, 2003. Disponível em www.ifcs.ufrj/br/~ppgsa/doutorado/doutorado2003_39.html.

AQUINO, Maria José da Silva; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. Ferro, "Canga", Mangue, Conservação Ambiental e Exploração Mineral na Amazônia Brasileira. In: FERRETTI, Sergio Figueiredo; RAMALHO, José Ricar-

do (Org.). **Amazônia**: desenvolvimento, meio ambinte e diversidade sociocultural. São Luís: EDUFMA, 2009. p. 49-75.

AROCENA, J. Le développement par l'initiative locale: le cas français. Paris: Harmattan, 1986.

BACQUÉ, M. H. & SINTOMER, Y. L'espace public dans les quartiers populaires d'habitat social. In: NEVEU, C. **Espace public et engagement politique**. Enjeux et logiques de la citoyenneté locale. Paris: l'Harmattan, 1999.

BENATTI, J. H. & FISCHER, L. R. C. As Áreas Protegidas no Brasil: uma estratégia de conservação dos Recursos Naturais. In: COSTA, P. S. W. A. (Org.). **Direitos Humanos em Concreto**. Curitiba: Juruá, 2008. p. 225-256.

BLONDIAUX, L. & LEVEQUE, S. La politique locale à l'épreuve de la démocratie. Les formes paradoxales de la démocratie participative dans le Xxième arrondissement de Paris. In: NEVEU, C. (Org.). **Espace public et engagement politique**. Enjeux et logiques de la citoyenneté locale. Paris: l'Harmattan, 1999.

BOLTANSKI Luc, THEVENOT Laurent. **De la justification**. Les économies de la grandeur. Paris: Gallimard, 1991.

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**: lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília: MMA/SBF, 2000.

BRITO, D. C. **A Modernização da Superfície**: Estado e Desenvolvimento na Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 2001.

CARNEIRO, Marcelo D. S. O Desenvolvimento da Certificação Sócio-ambiental e a Nova Dinâmica da Ação Empresarial na Amazônia. In: FERRETTI, S. F.; RAMALHO, J. R. (Org.). **Amazônia**: Desenvolvimento, Meio Ambiente e Diversidade Sociocultural. São Luís: EDUFMA, 2009. p. 17-44.

CARNEIRO, Marcelo D. S. **O dinheiro é verde**: A construção social do mercado de madeiras certificadas na Amazônia brasileira. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia / IFCS / UFRJ, 2004.

CARNEIRO, Marcelo D. S. Estado e empreendimentos guseiros no Programa Grande Carajás. In: CASTRO E.; MARIN, R. A. (Orgs.). **Amazônias em tempo de transição**. Belém: UFPA/NAEA/ARNI/CELA, 1989. p. 151-192.

CMMAD. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1991.

ESTERCI, N. A Luta pela Terra e a Função Ambiental. In: Esterci, N. & VALLE, R. S. T. (Orgs.). **Reforma Agrária e Meio Ambiente**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003. p. 09-18.

FERRETTI, S. F.; ESTERCI, N. e RAMALHO, J. R. Amazônia, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Diversidade Sociocultural – Introdução. In: FERRETTI, S. F.; RAMALHO, J. R. (Orgs). **Amazônia**: Desenvolvimento, Meio Ambiente e Diversidade Sociocultural. São Luís: EDUFMA, 2009. p. 5-15.

FERRETTI, S. F.; RAMALHO, J. R. (Orgs). **Amazônia**: Desenvolvimento, Meio Ambiente e Diversidade Sociocultural. São Luís: EDUFMA, 2009.

HALL, A. L. **Desenvolvimento Para Quem?** Desmatamento e Conflito Social no Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

HÉBETTE, J. **O Cerco Está se Fechando**: o impacto do grande capital na Amazônia. Rio de Janeiro: FASE; Vozes: Belém: NAEA/UFPA, 1991.

LASCOUMES, P.; LE GALES, P. **Gouverner par les instruments**. Paris: Les Presses de Science Po, 2007.

LEFF, Enrique. La insoportable levedad de la globalización de la naturaleza y las estrategias fatales de la sustentabilidad. In*:* **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**. vol. 7, n. 1 (ene.-abr.), 2001. p. 149-160.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEITE LOPES, J. S. (Coord.). **A "ambientaliza-**

ção" dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2004.

LÉNA, P. As Políticas de Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia – problemas e contradições. In: **Boletim Rede Amazônia**. Ano 1, nº 1, 2002.

LÉNA, P. Expansion de la frontière économique, accès au marché et transformation de l'espace rural en Amazonie brésilienne. In: **Cahiers des sciences humaines**, n° 28, 1992. p.579-601.

MAGALHAES, S. B. **Lamento e dor**. Uma analise sócio-antropologica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, cotutela com Universidade Paris 13, sob a direção de Jean HÉBETTE e de Pierre TEISSERENC, 2007. Disponível em http://www.ufpa.br/ppgcs/index.php?option=com_content&view=article&id=145&Itemid=53.

MOREIRA, E. S. S. **Movimento social amazônico em defesa de territórios e de modos de vida rurais**: estudo sociológico no Baixo Xingu. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, cotutela com Universidade Paris 13. Sob a direção de Jean HÉBETTE e de Pierre TEISSERENC, 2008.

OLIVEIRA, João Pacheco. **A viagem de volta**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.

ROCHA, G., TEISSERENC, P. e MAGALHAES S. **Território de Desenvolvimento e Ações Públicas**. Belém-PA: EDUFPA, 2009.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A. **Florestania**: a saga acreana e o Governo da Floresta. Rio Branco: Edufac, 2004.

SANTOS, R. S. P. Estado Nacional – o desenvolvimento econômico na Amazônia Oriental: modelos de ação estatal e representações da modernização induzida nos últimos 40 anos. In: FERRETTI, S. F.; RAMALHO, J. R. (Orgs). **Amazônia**: Desenvolvimento, Meio Ambiente e Diversidade Sociocultural. São Luís: EDUFMA, 2009.

SOUSA, Raphael Castro. **A atividade de carvoejamento para fins siderúrgicos no município de Barra do Corda - MA**: implicações sócio-econômicas e ambientais. São Luís: Curso de Ciências Sociais-UFMA, 2009. Monografia de Conclusão de Graduação.

TEISSERENC P. La mobilisation des acteurs sur les territoires de l'action publique. In : AMRI, Laroussi. **Les politiques de développement territorial dans le Maghreb contemporain**. Approches comparées. Tunis: Editions du CERES (Centre d'Etudes et de Recherches Economiques et Sociales), octobre 2007.

TEISSERENC Pierre. Les RESEX comme instruments des politiques publiques de développement durable en Amazonie brésilienne. **Revista Pós-Ciências Sociais**. nº 12,. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, jul-dez de 2009. p. 41-68.

TEISSERENC, P. (Org.). **La mobilisation des acteurs dans l'action publique locale au Brésil, en France et en Tunisie**. Paris: l'Harmattan, 2006.

TEISSERENC, P. La mobilisation des acteurs de développement. **Sociétés contemporaines**. n° 18-19, décembre 1994. p.187-213.

TEISSERENC, P., ROCHA, G. e MAGALHAES S. B. **Coletividades Locais e Desenvolvimento Territorial na Amazônia**. Belém-PA: EDUFPA; NUMA, 2008.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental** – desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

NOTA SOBRE OS AUTORES

Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior é doutor em Ciências Humanas (Sociologia) pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002). Atua na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como professor adjunto do Departamento de Sociologia e Antropologia (DESOC); professor permanente dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) e em Políticas Públicas (PGPP); líder do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA) e editor da Revista Pós Ciências Sociais. É bolsista de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Nível 2. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: conflitos socioambientais, projetos de desenvolvimento, meio ambiente, modernidade, desenvolvimento.

Maria José da Silva Aquino Teisserenc é doutora em Ciências Humanas (Sociologia) pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003). Atua como professora adjunta da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia, Desenvolvimento e Ambiente, atuando principalmente nos seguintes temas: ação pública, atores do socioambientalismo, a questão do desenvolvimento sustentável, representações da natureza e participação.